

OUTROS OLHARES EM ESCOLAS PÚBLICAS: AS RELAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHO SOB A ÓTICA DE MERENDEIRAS E SERVENTES¹

Fátima Machado Chaves²

RESUMO

Este estudo investiga a divisão social de trabalho na área Trabalho e Educação, enfatizando as relações sociais e educativas de merendeiras e serventes em escolas municipais do Rio de Janeiro. Critica a invisibilidade das funções sociais dessas funcionárias, em geral, mulheres negras e pardas, pobres e com escolaridade precária, responsáveis pela "merenda escolar", assim como pela limpeza daquelas escolas.

ABSTRAT

This study investigates the social division of travel in Labor-Education area, specially the social and educational relations of snack attendants and servants within public schools in the city of Rio de Janeiro. Criticizes the invisibility of the social functions of these functionaries, generally, women, blacks and mestizos, pobs and with precarious scholar degree, responsible persons for "scholar-lunch" and cleanness on these schools.

¹ Este texto é um dos capítulos da Dissertação de Mestrado em Educação na UFF: "O trabalho de serventes e merendeiras em escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro", na área Trabalho-Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Ciavatta Franco, defendida em setembro de 1998.

² Mestre em Educação pela UFF, Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e Pesquisadora selecionada pelo I Concurso Negro e Educação da ANPEd e Ação Educativa, patrocinado pela Fundação Ford. Professora de História na rede municipal da cidade do Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Em algumas escolas municipais do Rio de Janeiro, identificamos que as relações sociais de trabalho referentes aos trabalhadores menos qualificados, merendeiras e serventes, são reveladoras das contradições de classe, de gênero e de raça, desenvolvidas dentro do sistema capitalista. Entre outros, esses antagonismos manifestam-se na relativa exclusão daqueles trabalhadores na gestão das escolas públicas, mesmo quando o discurso oficial as considera democráticas, incluindo a participação da comunidade escolar – professores, funcionários administrativos, alunos, responsáveis e moradores locais – no planejamento de atividades pedagógicas e nas soluções de problemas surgidos no cotidiano escolar (Penin, 1989; Bastos, 1994; Hora, 1994; Paro, 1995). Inclusive, grande parte das pesquisas sobre o cotidiano em unidades escolares preocupa-se em coletar dados através de entrevistas com os vários segmentos da comunidade, mas é muito raro surgir depoimentos de (e sobre) funcionários administrativos, desconhecendo-se suas experiências de trabalho e vida, assim como seus olhares sobre o processo pedagógico no qual se inserem (Ghanem, 1995).

A rede de ensino da Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (SME), surpreendentemente grande, era constituída por 1033 escolas em 1996, administradas por dez Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Então, objetivando uma observação etnográfica (Franco, 1982; Thompson, 1992; Coulon, 1995), selecionamos duas, situadas em regiões opostas, tanto geográfica quanto socialmente: uma, em Realengo, na periferia, quase rural; outra, em Copacabana, no centro urbano e nevrálgico da cidade do Rio de Janeiro. As duas apresentam as oito séries do ensino fundamental e, enquanto a primeira tem um alunado heterogêneo, a escola na zona oeste atende primordialmente a alunos carentes, inclusive com turmas especiais de deficientes físicos. Além desses dois estabelecimentos, incluímos nosso local de trabalho nos últimos dez anos, não só devido à nossa experiência em várias situações relacionais como também ao envolvimento de algumas servidoras com a nossa pesquisa. A terceira escola, situada em precário conjunto habitacional de Realengo, possui, primordialmente, alunos de baixa renda em turmas de 5^a a 8^a séries, restando apenas duas de 3^a e 4^a séries. Essas unidades de ensino pesquisadas apresentam-se, no imaginário dos responsáveis e moradores locais, como excelentes escolas públicas. Evitando identificações, resolvemos pelo sigilo completo dos nomes das mesmas; doravante, a escola em Copacabana será 'A', as de Realengo, 'B' e 'C'.

Em 1996, com o fim de manutenção de seus objetivos, o quadro dos servidores da SME compunha-se de 46.642 profissionais - professores, especialistas e apoio -, sendo que 8.640 eram merendeiras e serventes, significando 18,52 % do total geral. Apesar de existirem teoricamente 46 cargos de funcionários de apoio, num total de 12.183 indivíduos, destacamos a relevância da quantidade de merendeiras e serventes que eram, respectivamente 3.972 e 4.668, ou seja, 70,9% deste

universo (Rio de Janeiro, SME, 1996). A grande maioria de merendeiras e serventes é constituída por mulheres³, com baixa escolaridade e em precárias condições sociais e econômicas, sendo que muitas são “chefes de família”. Dentre essas funcionárias, grande parte são mulheres negras e mestiças, confirmando que também na escola pública, locus feminino de trabalho, o serviço de cozinhar e de limpar, semelhantemente ao “doméstico”, foi reservado, no Rio de Janeiro, às mulheres pobres e de descendência negra.

Neste texto, pretendemos problematizar as relações sociais e educativas, vivenciadas por serventes e merendeiras no cotidiano das escolas públicas municipais cariocas, vislumbrando a possibilidade de um entendimento crítico do papel educativo desses servidores assim como da construção de sua identidade como “profissionais de educação”⁴. Procederemos da seguinte forma: discutiremos as estruturas de poder observadas em unidades escolares para, em seguida, destacarmos aspectos particulares das relações sociais e educativas no cotidiano escolar, do ponto de vista de serventes e merendeiras, questionando o relacionamento deles com a direção, corpo docente e o discente e entre si próprios.

ESTRUTURAS DE PODER NO INTERIOR DE ESCOLAS MUNICIPAIS

“Eu acharia bom de participar porque a gente tomaria conhecimento do problema em si mas, isso aí cabe à direção da escola decidir, não somos nós, né?” (Servente Sérgio)

Admitimos que o poder é relacional, na medida em que se estabelece enquanto interações desenvolvidas entre determinadas pessoas, apresentando um caráter histórico, dinâmico, regido por um sistema simbólico, previamente instituído, ou seja, por uma ideologia. O conceito de poder significa a “[...] *probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo contra toda*

³ Em nossas pesquisas, encontramos sete merendeiras, todas mulheres; quatorze serventes femininos e quatro serventes masculinos, perfazendo um total de vinte e uma mulheres e quatro homens. Afora as servidoras, entrevistamos dois serventes: um foi nos indicado por uma merendeira como representativo dos colegas e o outro consideramos modelar, pois era um funcionário residente, há quase trinta anos, na mesma escola. Apreendemos também o lado masculino do serviço “doméstico” em escolas.

⁴ Com a perspectiva de que todos, no ambiente de escolas públicas de ensino fundamental, são educadores, apesar de portarem papéis diferentes, desde 1988, os trabalhadores em educação pública da cidade do Rio de Janeiro unificaram-se sindicalmente, surgindo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE). Porém, na prática, os funcionários administrativos quase não participam de uma sistemática atividade sindical (Chaves, 1998).

resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade”, assim como a autoridade seria a “[...] *probalidade de que um comando ou ordem específica seja obedecido*” (Weber, 1967:43; Rocha-Coutinho, 1994:127). O grande contributo de Gramsci situa-se no entendimento de que o poder tornar-se-á hegemônico quando, além de coercitivo, adquirir o consentimento da maioria (1980:114).

Ora, pressupomos que os homens, historicamente, poderiam resistir a determinadas situações de poder, ameaçando a hegemonia dominante. Para que isso não aconteça, criam-se estruturas coercitivas mas, também, condições propiciadoras de consentimento por parte da maioria e, ambas, podem ser no nível econômico, político, religioso, militar, dentre outros. Então, não importa qual o fundamento utilizado para o poder continuar forte e estável, dominante, ele precisa ser exercido de tal forma que a maioria o aceite, legitimando-o. Quer dizer, a coerção tem que ser exercida apenas sobre a minoria. Se for ao contrário, o poder torna-se ditatorial e frágil, portanto, não-hegemônico. Em relação ao consentimento, este também precisa ser continuamente alimentado através de práticas culturais. O poder hegemônico é sempre conflituoso, possuindo duas faces desiguais. Logo, a permissão de parcela de poder, exercida pelos diretores da rede pública de ensino municipal do Rio de Janeiro, é concedida pela maioria da sociedade e, no interior das escolas, os diversos segmentos da comunidade a sancionam.

O poder pressupõe uma autoridade mas, esta, necessariamente, não o detém e sim, às vezes, apenas representa-o. Por conseguinte, os diretores de escolas municipais - funcionários representantes do Estado - investem-se de determinado poder, delegado e limitado pelos seus chefes imediatos porém, constituem-se, por vezes, em personagens autoritárias, agindo com centralidade máxima e única.

Historicamente, a escola pública segue o estilo brasileiro tradicional de autoridade paternalista e centralizadora. Embora se afirme a existência de uma gestão relativamente democrática, com o surgimento da eleição de diretores, do Conselho Escola Comunidade (CECs) e de grêmios de alunos, observa-se, concretamente, a existência de uma hierarquização vertical de poder e de autoridade. Na verdade, a SME ou as CREs, assim como a comunidade escolar, talvez pelo despreparo de agir coletivamente, continuam atribuindo à direção a responsabilidade pela parte administrativa, pedagógica ou social da unidade escolar, caracterizando-a como a autoridade máxima diante de todos, excluindo responsáveis, professores, funcionários e alunos de efetiva participação na gestão escolar (Paro, 1995; Cançado, [1996]; Chaves, 1998). Alguns segmentos tentam, às vezes, intervir nesta situação através de atitudes individuais e isoladas, o que nem sempre oferece resultados efetivos.

Logo após a direção, diretora e adjunta, seguem-se, na escala hierárquica, os docentes em função extra-classe, atuando como “agentes do pessoal”, secretário, ou coordenador de turno. Os professores regentes, de modo geral, exercem autoridade sobre suas turmas de alunos, evitando, ou sendo impedidos, na maioria das

ocasiões, de tomar parte nas determinações da direção. Todavia, basta um professor estar fora de sala de aula, trabalhando próximo à direção, para que seja investido de mais autoridade, em relação aos outros trabalhadores da escola. Em escala inferior, os serventes e merendeiras, os quais exercem as atividades ditas complementares, ou seja, de zeladoria, de higienização e de alimentação, têm pouca ou nenhuma autoridade, mesmo, paradoxalmente, sobre os alunos.

“Um dia eu falei que eu era igual ‘cachorra’, quando eu fui reclamar do refeitório, porque as crianças fazem guerras de casca de fruta.[...] Eu não sei como eles não param para ouvir um funcionário e deixam um aluno ter autoridade de descer da sala de aula, aluno rebelde, e reclamar de sujeira na sala de aula. Tem um aluno lá que é problemático e insuportável, mas passam mãozinha aqui e acolá. As professoras dizem: ‘Não! Tão bonzinho!’ E o menino está fazendo ‘arte’ na escola e se você chega pra falar, não te dão importância. [...] Eu estou enjoada dessa escola. Eu estou doida pra sair, eu quero conhecer outros ‘ares’ ” (Merendeira Helena, escola ‘A’, entrevista).

Além do poder e autoridade explícitos nas ordens oficiais e tradicionais, existem regras não-reveladas, portanto, a grande maioria dos serventes e merendeiras sente-se constrangida e desconfiada em falar a respeito de seu trabalho e do processo pedagógico da escola municipal, mesmo que seja sobre assuntos já públicos. Embora a estabilidade dos servidores permita que não sejam punidos severamente, com demissões, a transgressão às regras que conformam, inclusive as não-ditas, revela-se de punição sutil, não deixando de ser rígida: obriga-se o funcionário a sair da escola ou até nela permanecer, muitas das vezes, com prejuízo funcional e pessoal.

Dessa forma, categoricamente, certos servidores desconfiados, desconhecendo-nos, evitaram depoimentos gravados, sentindo-se ameaçados com o que faríamos com seus discursos. Uma delas explicou-nos que jamais expressaria de novo o que sente ou pensa sobre seu trabalho e o de outros no ambiente escolar, como já o fizera em outras épocas, pois já fora anteriormente punida por isso (Thompson, 1992)⁵. Ao ser sincera, expressando algum descontentamento, anos atrás, desentendeu-se com a direção anterior e foi obrigada a mudar de escola municipal. Esse fato atrapalhou muito sua vida porque, além de ser vista como funcionária indisciplinada, a unidade escolar para a qual foi removida localizava-se de tal forma, na zona sul, que precisara usar três ônibus, tanto na ida e quanto na volta, trazendo-lhe muito gasto de tempo e dinheiro. Esperou a saída da direção, com a qual estabelecera conflitos, para retornar à antiga escola e, mesmo que ainda necessitasse de dois ônibus em seu deslocamento, sente-se satisfeita com a atual direção. Como

⁵ Thompson (1992:264) já dissera que o temor ao gravador é bastante comum entre os funcionários públicos e entre as minorias, que temem que qualquer informação gravada possa ser utilizada contra eles.

insistimos, ela, para não dizer que não colaborara, mostrou as condições precárias da cozinha e de seus instrumentos de trabalho.

Temerosos, alguns serventes e merendeiras confirmaram, "às vezes, a existência tanto de regulamentos oficiais quanto de tradições consuetudinárias, tão poderosas quanto esses, que aceitam e seguem apesar de não serem leis ou práticas benéficas a seus interesses. Portanto, também legislam, transmitindo as normas de conduta que lhes são atribuídas, pois as legitimam com a sua prática⁶, na medida que não as contestam. Visam sobreviver harmoniosamente nas escolas, evitando o desprezo social, pois,

"[...] ser 'depreciado' (desprezado) é o temor mórbido de todos os homens que vivem em sociedades nas quais a hierarquia se manifesta através de modos 'refinados' (capilares, de minúcias, etc.) [...] por isso existe todo um protocolo e cerimonial convencionais, ricos de matices e subentendidos, nas relações recíprocas entre os sócios; violar o protocolo é uma injúria" (Gramsci, 1981:279-80).

Apreende-se, nas diversas visões do mundo escolar, a existência de regulamentos de senso comum, não sistematizados, como a sutil discriminação dos espaços: os serventes e merendeiras não podem transitar na escola em iguais condições com os outros segmentos. Devem portar-se mudos e invisíveis. Uma merendeira, por exemplo, foi repreendida porque queria entrar num espaço que legalmente lhe era reservado, onde armazenavam-se os ingredientes da merenda, de sua responsabilidade: "*Um dia desses eu tive uma discussão com a minha diretora, porque disse ela que eu não tinha o direito de colocar a mão na chave da dispensa e entrar na dispensa do colégio*". Ela também, anteriormente, fora advertida quando assinava ponto na secretaria da escola: "*Porque eu estou na secretaria, assinando meu ponto [...] ela [diretora] falou para eu sair rápido da secretaria...*" (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista). Ou seja, os locais utilizados pela direção para seu trabalho ou de responsabilidade de algum docente não eram próprios de funcionários "subalternos" permanecerem.

Com o desenvolvimento industrial, a escola passou a ser não só o local principal da formação do trabalhador para o mercado capitalista, como também o espaço adequado ao trabalho das mulheres da classe média brasileira, que precisavam trabalhar para complementar a renda familiar do pai ou do marido. O magistério, visto como profissão social feminina, constituiu um acordo entre vocação/ensino/maternidade/funções domésticas (Hipólito, 1997:57; Aguiar, 1994: 51; Pessanha,

⁶ De forma geral, todo homem legisla. Todavia, "[...] se cada um é legislador no sentido mais amplo do termo continua a ser legislador mesmo aceitando diretivas de outros. Seguindo-as, faz com que também os outros as sigam; compreendendo o seu espírito, divulga-as, quase que transformando-as em regulamentos de aplicação particular a zonas de vida restrita e individualizada" (Gramsci, 1980:154).

1994). Então, “[...] *as relações mãe/professora e mãe/educadora fazem com que o modo de ser da mulher venha sempre associado à educação*” (Faria, 1996: 111). Considerando a existência contraditória de conformismo e de resistência na subjetividade das professoras, uma análise constatou que a opção ao magistério foi também uma possibilidade de projeção social que a mulher conquistou, interligando o espaço público e o privado, ou seja, “[...] *a casa invade a escola e a escola invade a casa*” (Hypólito, 1997: 71).

Aparentemente, as mulheres-professoras construíram um ambiente familiar nas escolas públicas municipais de primeiro grau e, coincidentemente, os trabalhos de limpeza e alimentação desses espaços, à semelhança do “doméstico”, ficaram a cargo de mulheres que, “naturalmente”, sabem realizá-los. Antes dos concursos públicos para esses cargos públicos, iniciados em 1992, foram geralmente admitidas as “mães de alunos” da parcela subalterna dos trabalhadores, ou mesmo determinados trabalhadores masculinos em precárias condições de vida. Portanto, a relação social de trabalho entre a direção, o corpo docente e as merendeiras e serventes, no espaço feminino e aparentemente doméstico das unidades escolares do primeiro grau, assemelha-se com a existente entre a dona-de-casa e seus empregados domésticos⁷. A experiência da professora Carmem Lozza⁸ constatou que

“[isto se dá] inclusive nessa relação que eu lhe falei da diretora com os funcionários, as merendeiras e as serventes. É uma relação da dona de casa com um funcionário que... como se fosse a casa dela, uma continuidade da casa, onde a diretora é a dona de casa e a servente vai fazer aquela gentileza. Uma relação pessoal de patroa e empregada”

Ora, cozinhar e limpar são trabalhos manuais considerados “naturais” e do domínio de qualquer mulher. Contudo, numa escola pública, cozinhar para muitos alunos e docentes ou limpar grandes e variados espaços, em tempos curtos e pré-determinados, apresenta-se de forma diferente, supondo-se um certo saber, mas muitas vezes negado com o objetivo de desvalorizar o trabalho e aqueles que o executam, social e economicamente. Em determinadas circunstâncias, as relações inter-pessoais em escolas mostram-nos um ambiente de “oprimidos” que oprimem:

⁷ Segundo Mello “[...] o trabalho das empregadas domésticas [...] configura uma situação-limite de desvalorização do trabalho e, mais ainda, do trabalho feminino em especial, desvalorização que atinge a identidade das mulheres que o realizam” (1988: 9).

⁸ Optamos entrevistar a professora Carmem Lozza pois trabalha, há alguns anos, como Consultora Pedagógica do Projeto “*Quem lê jornal sabe mais*” do jornal “O Globo”. Afora seu reconhecido profissionalismo, fomos motivadas pelo acúmulo de conhecimento que a mesma poderia ter sobre a organização escolar e sobre o trabalho dos serventes e merendeiras, ao visitar uma média anual de vinte e cinco escolas públicas do Rio de Janeiro, inscritas no projeto.

“As pessoas não lhe respeitam. Quem está dentro de uma direção da escola confunde as coisas: acha que você tem que largar o seu serviço pra fazer comida diferente pra elas; ir na rua pra elas; é como se fosse uma empregada doméstica” (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista).

Aliada à precária escolaridade, algumas atitudes passivas das merendeiras e serventes podem em parte derivar de uma tradição laboral de submissão persistente neste setor. Nas escolas jesuíticas da Colônia, este trabalho era exercido por escravos cuja vida regrava-se antes de tudo pelo “obedecer”. No Império, com as “aulas régias”, ou nas pequenas escolas primárias existentes ainda hoje no território brasileiro, a domesticidade dos espaços, reais ou imaginários, fazem persistir neles a submissão do feminino. Os sentimentos de inferioridade de determinados servidores também têm a ver com as oportunidades desiguais de emprego e estudo, na sociedade carioca, entre negros e brancos, homens e mulheres. Neste sentido, às vezes, as merendeiras e serventes das escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro tornam-se alvos de situações preconceituosas:

“Talvez pela dificuldade que a pessoa tem de vida. Já começa por aí, a dificuldade que a pessoa tem de estudar, ter mais um grau... uma formação melhor. E a cor, também, é um caso sério. Não parece não, mas cor conta muito... sabe? [...] Para mim não. Assim, colegas minhas, tem muitas que se abalam com isso. Elas ficam assim... entram até em pânico mesmo. Eu tinha uma colega que trabalhava aqui. Ela, quando um aluno - ela era escura - chamava ela de 'pretinha', ela entrava em pânico, ela ficava horrorizada, entende, com aquilo. E, às vezes, até discutia com a criança, com professor e tudo, ela tomava, assim, antipatia. Eu não, eu já gosto disso, tanto é que meu apelido na cozinha é 'crioula difícil' [risos], 'nega preta'. Tem professora que me chama de 'nega preta' [risos]. Eu, sei lá, eu não me deixo abater com isso, não” (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Encontramos, então, desigualdades de classe, de gênero e de raça no ambiente de escolas públicas: de um lado, o corpo docente, constituído em sua maioria por professoras, notadamente mais brancas, e consideradas socialmente superiores⁹. De outro, os trabalhadores da alimentação e higienização escolar, também em grande parte mulheres com pouca escolaridade, pobres e negras, representadas hierarquicamente inferiores no setor educacional da sociedade carioca.

⁹ “É preciso que o SEPE vá para cozinha. [...] A experiência terrível que vivi dentro do nosso sindicato em função do Encontro de Aposentados tudo tem a ver com raça e classe social. O massacre a que são submetidos, geralmente, os funcionários administrativos tem como fundamento a questão de raça e classe”. Esse desabafo manuscrito ao I Encontro de Funcionários Administrativos, pertence a uma professora “[...] com a legitimidade que me é conferida pela minha condição de mulher negra, filha de uma merendeira e de um metalúrgico (ferreiro)” (Silva, 1993 - grifos da autora).

RELAÇÕES SOCIAIS E EDUCATIVAS EM ESCOLAS

“O pessoal de apoio não existe dentro de uma escola; eles vêm a gente como um pedaço de papel sem importância. É assim que é visto pela direção da escola” (Merendeira Helena).

A natureza humana é construída pelo conjunto de suas relações sociais composto pelos diversos elementos que interagem através do trabalho e da vida: o próprio indivíduo e sua relação com os outros homens, acrescidos dos elementos de sua relação com a natureza. Constrõem-se, então, historicamente, relações subjetivas e voluntárias, assim como relações objetivas e necessárias, vinculadas à estrutura e superestrutura, correspondentes à determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas, apresentando, por conseguinte, um caráter específico e transitório. Na verdade,

“[...] pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homem-massa ou homens coletivos” (Gramsci, 1981:12).

Nas escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, difunde-se a idéia de um clima cordial e familiar nas relações entre os funcionários operacionais e a comunidade escolar. Os papéis familiares e os funcionais, superpostos, confirmam essa aparência de ambiente doméstico onde “todos ajudam a todos”, numa cumplicidade gerada pela intimidade e pelos objetivos comuns. Esse tipo de ambiente geralmente permite tanto os privilégios e os castigos, via mérito pessoal, quanto o silenciamento das contradições e de conflitos classistas, sexistas e raciais.

Afora isso, ocorrem dificuldades de discussão e de entendimento a respeito de como se estruturam as relações pessoais, gerando uma produção de sigilos. De fato, os diversos membros da comunidade escolar, ocupados na urgência de seus trabalhos cotidianos, sem se aperceberem, muitas vezes, da introdução dos modelos hegemônicos que lhes foram impostos, permitem estabelecer um ensurdecimento nas relações, que quase oblitera a possibilidade dos trabalhadores das escolas municipais de se ouvirem uns aos outros. Todavia, as insatisfações no relacionamento entre as merendeiras e serventes, a direção, o corpo docente e o discente surgem nos meio-silêncios, nos olhares, nos gestos, nas expressões fisionômicas ou, ainda, nas mágoas dos desejos não satisfeitos.

Naquelas instituições escolares, estruturam-se constantes mecanismos de controle funcional sobre as merendeiras e serventes, conjugados a uma segregação social, sexual e racial, exemplificada nos seus ressentimentos por lhes serem negados, às vezes, em oposição a outros segmentos, espaços próprios, ou até mesmo, o de transitarem no interior da unidade escolar em que trabalham. Os conflitos, então, mesmo que latentes, são evidentes e emergem, de um modo geral, como quei-

xas, fraturando o pretense clima fraterno, veiculado nas escolas. Muitas vezes, expressos timidamente, outras, explodem em sentimentos contraditórios e rebeldes.

“Porque eu estou na secretaria, assinando meu ponto...[...] que estava com falta e ela [diretora] não podia me dar falta nesse dia. Ela falou pra eu sair rápido da secretaria porque, ‘se a fiscalização chega aí e te vê na secretaria, você vai ser chamada a atenção’. Aí, eu disse que não, porque eu sou funcionária da escola, eu estou fazendo uma coisa do direito meu, eu estou vendo o meu ponto. Ela disse que não, eu trabalho na cozinha. Eu perguntei: ‘Ué, a cozinha faz parte da onde? Não é do botequim da esquina, é da escola! Então, eu estou dentro do meu setor, a senhora deixa essa fiscalização aparecer que eu falo com ela’ ” (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista).

Para esses servidores, há uma dificuldade no acesso às informações publicados no Diário Oficial do Município ou às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação sobre suas funções e seus direitos. Talvez, por falta de compreensão dos conteúdos dos documentos ou mesmo porque esses lhes são negados pela comunidade escolar, produz-se a crença de que a direção e/ou o servidor encarregado das questões funcionais, o “agente de pessoal”, “escondem-lhes” seus direitos:

“Tem acesso [às informações sobre os nossos direitos] se interessar a ambas as partes. Quando interessa só a nós, nunca, não é dito. Do meu ponto de vista é assim, eu acho” (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

“Eu, Joana, nem todos [direitos] eu conheço, porque quando eu vou saber aqui na escola é porque alguém lá fora já me explicou. Aí que eu vou fazer pergunta na direção aqui. Mas [a direção] nunca chegou perto da gente para explicar como é que é, como é que não é, tem de ser assim. Não, nunca! Nossos direitos, não” (Servente Joana, escola 'C', entrevista).

Ora, se até os espaços físicos das escolas municipais são delimitados e hierarquizados, não é de todo impossível um ocultar consciente de informações. Então, evitando constrangimentos e conflitos, resta a alguns serventes e merendeiras, submissos, portarem-se passivos, além de invisíveis. Outros, ativos¹¹, apesar de magoados, rebelam-se:

¹¹ Para Gramsci (1981: 12-47), ou somos homens-massa, passivos, ou somos homens coletivos, ativos. Se “pensamos” sem disto ter consciência crítica, participamos de uma concepção de mundo desagregada, tornando-nos uma multiplicidade de homens-massa, passivos. Porém, se elaboramos nossa concepção de mundo de maneira crítica, sistematizando as várias concepções, superando-as, participamos ativamente da construção histórica. Acreditamos que as merendeiras e serventes, pelas suas condições de vida e trabalho, em geral, pertencem a uma variedade de homens-massa; contudo,

"[...] como você vai ter, assim, uma autoridade [agente de pessoal] de me condenar à revelia? Se eu estou com você no dia a dia e não dizer: 'botei falta no seu cartão'. Você espera terminar um mês para me dar uma falta? Este cartão não vale mais? Não é do meu conhecimento mais? E aí, quando chega no outro mês, está escrito assim no meu cartão: 'o funcionário assinou, no dia tal, indevidamente' " (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

Serventes e merendeiras, relacionalmente, dentro da hierarquia institucional, vivem um duplo sentimento: cordialidade versus antagonismo. Buscam se convencer, adequando-se, da existência de relações familiares e fraternais no interior do recinto escolar. Então, alguns servidores operacionais acreditam que "[...] a diretora é como se fosse uma mãe" e, outros, bajulam: "[...] 'se eu depender de levar ela no colo, eu levo, porque ela é maravilhosa!' " (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista). Contudo, essas atitudes comportamentais talvez nos remetam mais às estruturas pessoais, paternalistas, da sociedade carioca do que às regras institucionais da SME.

Numa tendência atual da flexibilização do trabalho, conforme a reestruturação do mundo produtivo, a SME vem terceirizando parcialmente a higienização (cogitou-se, também, da merenda) em algumas escolas, ficando esse serviço a cargo de empresas privadas que utilizam, em grande porcentagem, trabalhadores negros ou descendentes. Portanto, as questões sociais, sexistas e raciais, surgidas no cotidiano das relações sociais e educativas de escolas públicas, complexificam as condições de trabalho de serventes e merendeiras, contribuindo para que somatizem o processo saúde-doença desses trabalhadores em educação.

O RELACIONAMENTO ENTRE MERENDEIRAS E SERVENTES

"'Tem boca e não fala', sabe como é que é? Então, eu não quero esses problemas, eu prefiro ficar com a pior parte" (Merendeira Helena).

Uma merendeira, utilizando-se de provérbios, resumiu as relações sociais existentes entre os funcionários operacionais, denotando a existência não só de conflitos porém, essencialmente, de acordos: "[...] a gente tem que ter tática para viver, 'não se atira pedras no quintal do vizinho'. 'Tem que escorregar igual quiação'" (Observação, escola A). Na representação emergente de seus discursos, as relações entre merendeiras e serventes são amigáveis e harmoniosas, percebendo-se quase sempre relações de solidariedade entre eles. No dia a dia, serventes ajudam mais intensamente às merendeiras devido à extrema carência atual de funcionários:

alguns, pela suas resistências, talvez, apresentem pré-condições para tornarem-se homens ativos. Usamos a terminologia gramsciana, indicando essa possibilidade.

“A gente ajuda na merenda porque [...] tem pouca merendeira, às vezes não tem nenhuma então; a servente... somos obrigadas a colaborar. Faz tudo: faz comida, lava a louça, dá pros alunos, às vezes, não tem merendeira nenhuma, então, na parte da tarde, a gente temos que fazer a merenda completa” (Servente Joana, escola 'C', entrevista).

No entanto, à semelhança da dona de casa, muitas vezes, uma mãe responsável pela nutrição de seus filhos ou uma mulher com crianças sob a sua guarda, as serventes realizam suas funções e as das merendeiras porque acreditam que a alimentação escolar tornou-se uma necessidade para determinados alunos carentes. Na verdade, existe uma conscientização dessa realidade – a necessária complementação alimentar através da merenda –, pois são indivíduos que, algumas vezes, pertencem às mesmas condições de vida ou, talvez, até mais precárias, que os alunos. Sabem que

“[...] as crianças que estudam na escola pública são filhos de trabalhadores e vivem, às vezes, de um salário mínimo. E essas crianças só vêem o quê? Há necessidade dessa merenda na escola pública.[...] Eu estou saindo da escola, mas estou saindo assim sinceramente preocupada e triste, ao mesmo tempo triste, porque eu tenho alunos aqui na escola que eles elogiam muito a merenda. E chegam para mim e dizem assim: ‘tia, sua comida é tão gostosa!’ ‘Tia, a comida da minha mãe não é assim’” (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Determinadas relações entre merendeiras e serventes revelam a existência de conflitos, de revoltas e rivalidades. Um dos motivos dessas atitudes deve-se a existência de uma certa hierarquia entre os funcionários operacionais, nas situações concretas do cotidiano, estabelecida ou pela direção ou por si próprios. Alguns, escolhidos, são beneficiados pelas direções, tanto em seus horários quanto na divisão de trabalho, trazendo rivalidades e ressentimentos no trabalho:

“A lei é para todos, não é só para um. Por exemplo, se eu fizer ‘suquinho’ pra professora, eu tenho direito de chegar às 7:00h e sair às 10:00h. Não; a lei é pra aquele que faz ‘suquinho’ e aquele que não faz ‘suquinho’. Se o horário é às 8:00h, todo mundo vai cumprir o mesmo horário de manhã à tarde. Tinha que ser tudo igual, mas é como se fossem comadres: elas esquecem. Melhor é aquela que te agrada mais” (Merendeira Helena, escola 'A' entrevista).

Contudo, os prejuízos podem ser pessoais, não apenas funcionais, na opinião dessa merendeira:

“Eu já trabalhei num colégio que a merendeira ganhou um presente que era um enorme jogo de copos, lindos! No papel tinha escrito uma porção de dizeres: ‘Você é maravilhosa! Você é isso...!’ E me vieram três copinhos e um papelzinho escrito só o meu nome. Aí, eu ainda brinquei: ‘Vê, engraçado! Isso é discriminação. Quer dizer, ela ganha um presente enorme e eu ganho um presente de nada’. E aí, alguém falou: ‘Mas, ela merece!’ Mas sabe por-

que ela merecia? Porque ela fazia feira para a diretora, ela ia ao banco, ela agradava a diretora com coisas que não tinham nada a ver com o serviço e largava tudo em cima das minhas costas” (idem).

Podem surgir, inclusive, funcionários administrativos que rejeitam a ascensão social dos colegas, como é o caso de uma servente. Professora primária, desviada de função, temporariamente, auxilia a direção na secretaria e na cantina, acarretando discordâncias entre os colegas. Um servente desacreditou, ironicamente, o possível conhecimento dessa servidora, pois ela não passara no concurso para Agente Administrativo, em fins de 1997, sugerindo, inclusive, que a mesma utilizara de benefícios especiais da direção para licenciar-se e estudar em casa (Observação, na escola B). Em sua fala, percebe-se um difícil relacionamento dele com os outros funcionários operacionais:

“Olha, o meu relacionamento com meus colegas de trabalho é... Sou muito sacana, tá, eu levo tudo na brincadeira para não haver assim um conflito, porque são revoltados, quanto eu também. No meu ponto de vista sim, já chegam mal humorados, eu não. [...] Então, dizem que eu estou aqui porque eu quero, porque eu não preciso, porque sou metido, sou isto e aquilo outro. Então, meu relacionamento com eles é na sacanagem mesmo, agora o que eles pensam de mim não sei. Que falam mal de mim por trás à beça, tá. Mas, não me importo com o que eles falam, importa o que eu sinto” (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

As semelhantes condições de vida e trabalho poderiam, talvez, aproximar os funcionários administrativos, incentivando-se mutuamente. Todavia, é bem possível que não o façam, porque já introjetaram o sistema das relações, imposto pela sociedade capitalista a essa categoria, supondo que deveria continuar na subalternidade. Nesta perspectiva, parece que surgem servidores mais ativos que não questionam a ascensão social e funcional dos colegas, vendo-a positivamente. Outros, numa demonstração de força pessoal com a direção, comportam-se privilegiadamente, acarretando sobrecarga de trabalho para os demais:

“[...] a outra menina. Ela não gosta de fazer comida, tem isso. Então, pra eu não me aborrecer com ela, porque ela é tida como uma ótima funcionária, eu me sujeitei a fazer a comida sozinha. Então, eu faço a merenda sozinha, eu sirvo a merenda sozinha e eu limpo o refeitório [...] O resto fica com ela, [...] E se eu criar 'quizumba' com ela [...] eu sei que vou ser a pior, vou ser a errada. 'Porque ela trabalha muito, coitada, é uma santa!' 'Tem boca e não fala', sabe como é que é? Então, eu não quero esses problemas. Como eu já sou mais rápida pra fazer a merenda, eu já prefiro ficar com a pior parte, entendeu? E deixo aquelas panelas com ela, o que ela tiver que fazer pra lá, pra eu não criar problema, pra eu trabalhar em paz. Porque se eu criar, vai ser mais uma briga” (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista).

"Precisava de uma pessoa que ficasse mais [atenta] para dividir o trabalho por igual, porque sempre sobrecarrega mais para duas. Quando é dia de lavar a escola de cima em baixo, os corredores, sala e tudo, às vezes, só tem duas para lavar. Combina o horário, aí vem uma e outra não vem. Às vezes, a divisão de serviço não está certa" (Servente Luíza, escola 'C', entrevista).

Regina, merendeira aparentemente cordata e equilibrada, confirma também os conflitos que emergem entre os funcionários: "[...] procuro até servir da 'pomba da paz', porque eu tento apaziguar um problema de um, de outro, chamo atenção de um, chamo atenção de outro. Eu levo por aí" (Escola 'B', entrevista).

RELAÇÃO DE MERENDEIRAS E SERVENTES COM DIRETORES

"Um dia eu respondi pra diretora: 'ela era minha diretora, minha superiora dentro da escola. Mas, o meu patrão mesmo, eu nunca tinha visto a cara dele, que era o prefeito e ele não me amolava o 'saco'. E, por que ela ia me amolar? Por que eu não ia lá dentro fazer suquinho pra ela?' "(Merendeira Helena)

Os serventes e merendeiras mostraram-se insatisfeitos e injustiçados com algumas decisões que a comunidade escolar e, principalmente, a direção efetivam, todavia, em geral, não se manifestam contra as mesmas. Muitas vezes, evitando conflitos, postam-se humildes e atenciosos com os "favores" que lhes são solicitados, demonstrando uma desprofissionalização de sua função pública, agem semelhantemente à empregada doméstica, ao servirem, particularmente e até fora de horários estipulados, à direção e à certos professores, refeições, lanches, sucos e cafezinhos. Além desses "agrados", compram quaisquer encomendas em supermercados e feiras, realizam tarefas bancárias e de fotocópias, entre outros pedidos. Afirmam que "[...] vou na rua, às vezes coisa que não é para ir mas a gente vai, comprar cigarro... Claro que eu não reclamo, porque somos servente, para servir, então a gente nem reclama, mas não é muito bom, não" (Servente Joana, escola C, entrevista). Ou dizem:

"Onde eu trabalho tem uma servente que não sai nem pra limpar a sala de aula, ela passa o dia todo dentro da cozinha pra professor e direção da escola. Então, ela tem que ser ótima, sabe por que? Ela só chega fazendo suquinho, cortando mamãozinho com açúcar. O banheiro fica sem lavar, a sala fica sem varrer. E agora, eu que tenho que sair da cozinha e ir lá lavar banheiro?" (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista).

Essas atitudes exemplificam uma aplicação tática, ocasional e singular, do indivíduo frente ao sistema que lhe é ordenado¹¹, obtendo benefícios dentro dele,

¹¹ As práticas cotidianas das merendeiras e serventes caracterizam-se por movimentos ocasionais, fugazes, oportunos porém, variáveis e, de acordo com as relações de

mas não o transforma. Novamente, é a merendeira Helena que nos esclarece: “[...] *tem gente que se conforma com isso, acha que está tudo muito bom*” (Escola A, entrevista). Nesta perspectiva, o relacionamento do funcionário residente¹² com a direção pareceu-nos semelhante ao de um serviçal doméstico, que faz de tudo na casa para o patrão: toma conta da cantina, atende portão, leva alunos para casa, chama taxi, vai a banco, compra material de obras e outros, conserta o que for possível dentro de suas capacidades. Certa noite, às vinte horas, presenciamos a diretora da escola dar-lhe ordens de serviço, imediatamente cumpridas, impossibilitando-o de ser entrevistado por nós. Assim, agindo como serviçal, inclusive fora do horário de trabalho¹³, esse servente exorbitava suas tarefas funcionais, limitando as pessoais e familiares, numa naturalização da subalternidade. Contudo, talvez, por ser residente, achasse aquela situação normal (Observação, escola 'A'). Posteriormente, depôs que:

“A direção, pelo que eu sei até hoje, nosso relacionamento é ótimo.[...]Tudo que ela pede eu faço. Eu não reclamo nada e, quando não dá para fazer, eu chego perto dela, no outro dia, e digo: ‘olha não deu para fazer aquilo que a senhora pediu’ e ela aceita e tudo bem. Depois, eu vou fazer aquilo que ela me pediu um dia antes” (Servente Sérgio, escola 'A', entrevista).

Todavia, existem aqueles servidores, críticos e conscientes, que resistem e não aceitam esse tipo de trabalho. Percebem que, além de atrapalhar o verdadeiro serviço dos serventes e merendeiras, a subserviência “estraga” a categoria, tornando-a conformada e submissa. Ora, enquanto foram realizadas provas práticas do concurso de merendeira em novembro de 1997, conversamos informalmente com uma candidata, servente de outra escola pública cuja opinião “[...] *as pessoas da escola pensam que sou empregada doméstica*”, corroborou o ressentimento, fre-

equilíbrio que desejam alcançar, (re) novam-se, revelando o “[...] *fundo noturno da atividade social.*” Dinâmicas, ágeis e por serem táticas “oportunistas”, marginais e escorregadias, verificamos que os serventes e merendeiras “fabricam”, durante sua vida e trabalho “maneiras de fazer” diferentes das que lhes são impostas pelo sistema através de suas regras, imagens e símbolos, ou seja, inventam uma outra produção com o que lhes é determinado (Certeau, 1996:37-39).

¹² Praticamente toda escola pública municipal na cidade do Rio de Janeiro possui um local de moradia, que pode ser ocupada por quaisquer funcionário do quadro de Pessoal Subalterno e Administrativo da SME. Porém, normalmente, somente o é por mulheres no cargo de serventes ou merendeira. A função do residente é responsabilizar-se pelo prédio escolar e seus usuários durante os 365 dias do ano.

¹³ O horário de trabalho do cargo de servente é de 44 horas semanais. Dessa forma, Sérgio trabalhava como servente de seis às quatorze horas. No entanto, como é de sua responsabilidade vigiar a escola, precisando abrir e fechar seus portões, entre seis e vinte e duas horas, esse residente trabalhava muitas horas a mais (Observação, escola 'A').

qüentemente expresso, sobre os trabalhos extras e especiais para diretores e professores. Porém, ela, posicionando-se consciente, apenas fazia “[...] *o serviço para o aluno: lavo banheiro, limpo salas para o aluno, não paparico professor*”, instigando que as outras serventes não deveriam realizar outra função além da que lhe é pertinente, pois “*se a gente faz uma vez, vira obrigação ajudar na cozinha*” (Observação, escola 'A'). Essa última afirmação denota que as normas institucionais podem ser modificadas pelas práticas consuetudinárias, sutis, estabelecendo, com os desvios temporários de função, outras ordens que passam a atuar como as verdadeiras. Poderíamos considerá-las como táticas das direções, solucionando o problema da carência dos serventes e merendeiras.

Em relação aos meio-silêncios, demonstrados por determinados servidores ao serem indagados sobre os relacionamentos com as direções, exemplificam-se pela merendeira que nos expressou conflitos sem, de forma alguma, explicitá-los:

“Com a direção, é um pouco difícil. [risos] Com a direção é um pouco difícil. Também me dou bem com elas mas, tem sempre aquele... desencontro, aquelas controvérsias. Então, é um pouco difícil. Eu procuro até nem muito ocupar a direção, procuro não conversar muito com a direção. O relacionamento é um pouco difícil [risos]” (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Regina, com seu jeito de ser, risonha e amiga, mostrara-se uma pessoa que procurava viver bem com todos na comunidade escolar e revelara idéias consistentes e questionadoras sobre educação. Então, referindo-se ao relacionamento com a direção, pareceu-nos sintomático, não somente repetir a expressão “um pouco difícil”, como também explicitar a postura de não “ocupar muito a direção”. Porque tanta dificuldade? “*Sei lá, os pensamentos diferentes, não sei. Às vezes, até pela posição que elas têm e tudo, seria necessário... Mas, tem coisas assim que eu não concordo, entende? Então, às vezes, a gente bate de frente*” (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Dessa forma, mais uma vez detectamos antagonismos de classe entre os trabalhadores da escola municipal, revelados nas diversas culturas apresentadas. Advêm, quiçá, da naturalização que os serventes e merendeiras têm da posição ocupada na hierarquia da divisão social do trabalho escolar: de um lado o simples e, de outro, o complexo. Ora, o intelectual, na sociedade moderna, apresenta-se, algumas vezes, como “*comissário do grupo dominante*”, aquele que serve de ligação entre a estrutura e a superestrutura, assegurando o consenso ideológico das massas, em torno do grupo dirigente (Gramsci, s.d.:13-14). Em estabelecimentos públicos de ensino, o professor, às vezes, torna-se o intelectual orgânico da cultura dominante.

"[...] eles [direção] acham que é aquele "menorzinho"¹⁴", entende? Há pouco tempo eu vi um negócio na secretaria que eu fiquei muito chateada. Um funcionário estava lá, procurando o cartão de ponto dele, para ele assinar o ponto e uma pessoa da direção disse para ele, perguntou a ele, porque ele estava mexendo no cartão de ponto e ele disse que estava procurando o cartão de ponto porque queria assinar o ponto. A pessoa tirou o livro de ponto da mão dele e mandou que ele fosse estudar para ser agente de pessoal da escola" (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Diante desses fatos relacionais, conscientemente, Regina evitou nos revelar parte de suas polêmicas com a direção, mas essas devem ter se agravado, além de acrescidas pelas situações problemáticas e/ou desagradáveis ocorridas, durante os últimos tempos, consigo e até com outros servidores, como foi a saída conflituosa do funcionário residente de sua escola. Tais fatos encaminharam-na para a aposentadoria:

"Eu estou me aposentando, recorrendo a aposentadoria por vinte e cinco anos mas, eu te juro, eu gostaria de trabalhar meus trinta anos. Eu gostaria de completar... Mas, devido as dificuldades que nós temos visto dentro das escolas, falta de funcionários, a dificuldade em tudo, em todos os setores da escola... Eu tenho impressão que está passando por uma grande dificuldade e isto vai nos deixando assim com os nervos à flor da pele. Chega um tempo que a gente não sabe nem mais coordenar as idéias da gente" (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

No cotidiano, dentro da escola municipal, não se permitem aos serventes e merendeiras decidirem sobre situações problemáticas de trabalho, mesmo que tenham sido positivas suas soluções. Uma delas, espontaneamente, tentará limpar e arrumar nas estantes, de forma razoável, os livros espalhados pelo chão da Sala de Leitura que se encontrava sem um professor responsável, porém sua iniciativa de trabalho, apesar de tentar resolver um problema, não agradara à direção, então, deveria retornar com a desorganização dos livros e aguardar instruções para nova arrumação (Observação, escola B). Essa situação tornou-se bastante vexatória para a servente, repreendida severamente por tomar iniciativas que não lhe diziam respeito, reforçando o fato de que sua função na escola limitava-se a executar tarefas pensadas por outrem. Qual o sentido de/no trabalho para essa funcionária, mãe de alunos adolescentes dessa escola, que ela pode encontrar no seu dia a dia escolar? Na verdade, ao trabalhador escolar subalterno resta-lhe se humilhar, aceitando as reprimendas, ou revoltar-se, acarretando antagonismos funcionais e pessoais.

¹⁴ Gramsci já nos advertira que "[...] as questões de nível se verificam em qualquer forma de relação, desde as que ocorrem entre os Estados até as familiares. [...] Para muitos, ser 'alguma coisa' significa tão-somente que outros homens sejam ainda 'menos coisa' (alguma coisa menor)" (1981: 280).

Certas relações conflituosas, beneficiando uns e sobrecarregando outros, advêm não só do merecimento ou simpatias, mas também das diferenças individuais existentes entre os serventes e merendeiras, como por exemplo, as habilidades profissionais; adquiridas através de uma escolaridade e de experiências práticas diferenciadas; a simpatia e a cordialidade de uns, como também a não conformidade de outros. Os últimos, porque, às vezes, resistem e enfrentam o poder constituído; tornando-se pessoas antipatizadas, desagradáveis. Logo, “[...] ninguém te quer por perto, concorda?”

“Olha! Teve um ano lá que fez um almoço onde todos tinham o direito de participar e quem trabalhasse ia ganhar uma porcentagem. Foram escolhidas as ‘puxas sacos’ pra trabalhar porque era dinheiro que ia rolar. Se não fosse, quem ia trabalhar, quem ia segurar a ‘bomba’ eram outros. Aí, parece que foram cinquenta reais que deram para a menina trabalhar. Depois eu fiquei sabendo que nesse almoço a gente tinha o direito de participar. Todos foram convidados, mas foi selecionado. Agora, chega no dia da vacinação¹⁵, vem me escalar? Aí, dizem: ‘Você é faltosa!’ Aí, eu digo: ‘Eu sou faltosa e vou continuar sendo faltosa! Pode colocar outra no lugar porque eu não vou trabalhar! Não vou, porque se fosse dinheiro, vocês não me chamariam’. Entende? Essa é a diferença” (Merendeira Helena, escola ‘A’, entrevista).

Assim, em determinadas escolas municipais, segundo a opinião de uma professora readaptada, encarregada de secretaria, o tratamento dado pela comunidade aos funcionários operacionais e, notadamente, pela direção era desigual e dependia do conceito que cada um adquiriu através de suas atitudes ao longo do tempo de trabalho escolar. Se benquistos, são bem tratados, se não, tratam-nos com desdém. Essa distinção se explicita na divisão do trabalho escolar: alguns serventes são beneficiados e realizam o ‘serviço de rua’, não limpando as salas de aulas, corredores, pátios, nem banheiros de alunos mas, sim, as salas e os banheiros da direção e dos professores, notadamente mais bem conservados por seus usuários. Outros serventes, mais humildes e conformados, não possuem regalias, fazendo, inclusive, o trabalho de terceiros, seja de serventes ou merendeiras, além dos “favores especiais” que lhes impõem professores e diretores. Contudo, não reclamam: “Olha, o relacionamento da direção da escola, eu acho que está bom, não tenho que falar nada da direção” (Escola ‘C’, entrevista).

“Eu também não tenho nada que falar da direção. Não é d’agora, não. Desde que nós entramos, quando era outra direção, ela nós dava muito apoio, gostava muito dela. Essa também é boa. Gosto de todas as direções aqui da escola” (Servente Regina, escola ‘C’, entrevista).

¹⁵ As escolas públicas, no Rio de Janeiro, são utilizadas como postos de saúde nas campanhas oficiais de vacinação.

Por tudo isso, o clima dito familiar e cordial das escolas municipais torna-se mera aparência, escondendo, no fundo, as contradições de classe, de gênero e raça. Os pequenos textos, os sorrisos, os olhares, os gestos comprovam: numa entrevista de um servente, as mãos batem uma na outra em sinal de descaso; na fala de outro, escutamos “*funcionariozinho*” e “*menorzinho*”; na interiorização social da merendeira, ao dizer “*pela posição que elas têm e tudo.*”; na humildade da servente, sabemos que “*continuamos sempre sorrindo, sempre alegres, para não dar aborrecimento, né?*”

A ironia demonstrada em alguns depoimentos denota densos conflitos e muitos preconceitos entre todos trabalhadores em educação das unidades escolares municipais. Contudo, especialmente as relações entre merendeiras e serventes e a direção. Talvez, porque essa, representante do poder estatal, detém o direito legal de mandar e punir. Portanto, os serventes e merendeiras, para bem viverem, conformando-se ao meio em que trabalham, precisam se portar com meio-silêncios, aceitando as normas estabelecidas. Preferem “*nem muito ocupar a direção*”, ou mesmo “*não conversar muito com a direção*”, evitando “*bate[r] de frente*”. Ou, sintetizando,

“[...] meu relacionamento [com a direção] é aquele negócio. Eu não posso falar o que eu sinto. Se eu disser alguma coisa... Já viu, né? Amanhã tem aí aquela ‘correada’: que eu estou capinando, estou carregando pedra e estou mudando até do horário. Se bobear, ah! estou na rua! Ah, ah, ah...”[risos irônicos] (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

O RELACIONAMENTO DE MERENDEIRAS E SERVENTES COM O CORPO DOCENTE

Na rotina do dia a dia escolar, de modo geral, afora os dias de festa, quase não existem relações diretas mas, sim, poucas e esporádicas, entre serventes, merendeiras e os professores, devido, talvez, à permanência contínua do docente em salas de aulas. Além disso, a disposição do espaço físico, em algumas escolas municipais, impede maior interação entre eles, pois alguns refeitórios e cozinhas são tão afastados do *hall* principal que raramente os professores de 5^a à 8^a transitam por eles, sendo que os de 1^a à 4^a séries, às vezes, acompanham seus alunos para a merenda escolar, deixando-os entregues aos serventes e merendeiras (Observação, escola 'A'). De certa forma, poderia haver um convívio durante as reuniões de planejamento pedagógico ou de conselhos de classe, porém, os serventes e muito menos as merendeiras, participam efetivamente das mesmas, porquanto não existe uma efetiva participação coletiva da comunidade na gestão escolar. Segundo algumas funcionárias “[...] a única coisa que a gente participa na reunião dos professores é servir cafezinho... cafezinho, biscoitinho e vai embora” (Servente Joana, escola 'C', entrevista).

Consideramos o relacionamento entre funcionários operacionais e professores de relativa harmonia, quiçá porque os segundos não se encontram, em sua maioria, em posição de mando oficial sobre os primeiros e, em algumas ocasiões, são semelhantemente desqualificados pela direção. A superficialidade de algumas respostas denota posições diferentes: os professores são os que estão do lado de lá. Assim, pautam, por vezes, certos ressentimentos, preconceitos e conflitos de classe, de gênero e raciais. Uma mágoa sempre presente em seus depoimentos refere-se à inexistência de lugares específicos que pertençam aos serventes e merendeiras, como por exemplo, um banheiro para uma necessária higiene corporal após o tipo de trabalho pesado que executam, ou ainda, haver “sala de professores”, mas não uma sala comum aos “profissionais de educação”, apesar da unificação sindical entre essas categorias.

Aparentemente, a maioria dos servidores da limpeza e alimentação apresenta-se submissa, temerosa e “puxa o saco” de professores e, do ponto de vista deles, o “[...] relacionamento com os professores eu acho que é um dos melhores. Eu não acredito que algum professor, alguma professora, tenha queixa da minha pessoa” (Servente Sérgio, escola A, entrevista). Alguns, apesar de, em outro momento, reclamarem dos “favores” aos professores, declararam, sucintamente, que gostavam muito de todos eles, não tendo nada de especial a declarar sobre os mesmos (Serventes Luíza e Joana, escola 'C', entrevista). Certos professores chamam a merendeira de “tia” e, às vezes, entram na cozinha e, de brincadeira, distribuem os lanches. Um deles disse-nos que lecionava há vinte anos e nunca conhecera tanto carinho e eficiência na confecção da merenda escolar, tornando-a muito bem feita, como a daquela escola, considerando os funcionários operacionais, em sua maioria, excelentes pessoas e bons trabalhadores (Observação, escola 'B'). Contudo, com outra visão, eis a opinião de um servente, dessa mesma unidade escolar:

“O meu relacionamento com os professores... Que o professor está sempre em primeiro lugar, né? Então, uns te dão liberdade, outros não. Outro dá o diálogo, outros dão bom dia. Outros não olham e fingem que não estão vendo. O meu relacionamento é assim. Então, tem aquele... ‘a metade’ [risos]” (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

Em relação à adesão dos professores, às reivindicações e às lutas dos serventes e merendeiras dentro das escolas municipais¹⁶, determinados servidores declararam que

“Muitos apoiam, muitos chegam assim para conversar, dar apoio. Às vezes, quando nós temos pequenos aborrecimentos aqui dentro da escola, eu tenho liberdade de conversar com eles, eles me aconselham. Nós conversamos, batemos um papo. Eu acho que meu relacionamento com os professores tam-

¹⁶ No que diz respeito ao sindicato da categoria, os serventes e merendeiras fazem distinção entre luta de professor e luta de funcionários administrativos.

bém é muito bom. Eu não tenho que me queixar de ninguém não [risos]" (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Todavia, alguns relacionamentos são difíceis, existindo uma minoria que só realiza, com agrado, uma tarefa diferente para o corpo docente por livre vontade (Observação, escola 'A'), enquanto outros servidores são radicais:

"Eu nem me ligo com eles. Eu só vejo professor, mesmo, na hora que eles descem com a turma pra merendar. Pergunto se as professoras querem merendar, procuro agradecer o máximo possível, também a elas, em matéria de tratamento. Mas, acredito que elas passam pelos mesmos problemas (de discriminação entre servidores)" (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista).

RELAÇÕES DE SERVENTES E MERENDEIRAS COM O CORPO DISCENTE

Praticamente todos os trabalhadores simples da escola municipal de primeiro grau investem-se de intimidade, semelhante ao familiar, afirmando os alunos como o centro da atenção, preocupando-se com os mesmos.

"Bem, o aluno na escola é tudo, né? Uma escola sem aluno não seria uma escola, nunca. Meu relacionamento com eles, acho que tem sido o melhor possível. Porque, sinceramente, a cada aluno que eu olho assim, sinceramente, eu sinto um amor tão grande por esses alunos. Tanto o pequenino, que está começando agora, como o da oitava série, que tá saindo, eu amo. Sinceramente, eu amo os alunos dessa escola, entende? Eu acho que eles não têm, nem assim, como alcançar o jeito, quanto eu gosto deles, entendeu? Todos eles. E eu acho que isso é correspondido, porque eu não brigo com aluno" (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

A mulher trabalhadora em educação, mesmo sendo merendeira ou servente, torna-se 'mãe': "[...] trato os alunos como se fossem meus filhos. Tem hora que eles querem responder, eu também grito com eles e...[...] acaba tudo igual [risos]" (Servente Joana, escola 'C', entrevista). Em outra escola, dizem que

"Os alunos estão sempre na janela da cozinha, conversando comigo e, às vezes, traz até problema, coisa que eles têm em casa, coisas que eles não contam pros pais, eles contam para mim. Conversa comigo, eu procuro aconselhar, procuro saber, ser assim um pouco mãe, entende? E eu gosto muito, mas eu gosto muito mesmo, dos alunos aqui dessa escola" (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista)

O sentido materno de amor é tão grande que Regina trata os alunos como se fossem seus filhos: conhece-os quase todos pelos nomes, sabe de suas particularidades a respeito do gosto alimentar, percebe os mais carentes de comida, os que estão com dificuldades pedagógicas, entre outras. De fato, os alunos retribuem,

diariamente, com carinho, sua amizade maternal e as turmas da oitava série, também por sua causa, sentem-se saudosas ao deixarem a escola. Ela reconhece essa situação:

“[risos] Os alunos eu tenho certeza que valorizam [risos]. Os alunos gostam muito. Eles falam muito bem da merenda e isso acho é o que dá força para a gente continuar, pelo menos para mim, isso me deu muito força para chegar até aqui. Então, me deu muita força. [...] Valeu a pena, entendeu? Eu posso dizer, valeu a pena esses vinte e cinco anos! Eu gosto, gosto, gosto muito mesmo dos alunos. Eu gosto de trabalhar para eles mas, infelizmente... [risos] (Merendeira Regina, escola 'B', entrevista).

Apesar desses depoimentos, as merendeiras, de modo geral, parecem ser as que têm menos contato com os alunos porque ficam retidas dentro da cozinha com muito trabalho e não circulam pela escola. Porém, percebemos que esse fato depende da personalidade de cada uma. Existem umas que não saem de dentro da cozinha, caladas, não se intrometem com os alunos e outras, ao contrário, inquietas, extrovertidas, circulam no recreio, intervindo, com conselhos, na vida escolar e particular dos alunos. Parecem conhecer “alunos-problema”, relacionam-se com eles no sentido de integrá-los à disciplina formal da escola (Observação, escola 'A').

Os serventes, porque limpam toda a escola, têm maior contato com os alunos e, na atualidade, espontaneamente ou não, fiscalizam a disciplina e a ordem nos refeitórios, corredores, escadas e pátios das escolas públicas. De forma geral, acham-se valorizados pelos alunos porque, além do serviço de limpeza e conservação, realizam outros de interesse da comunidade:

“São onze anos que eu estou com eles aqui dentro e simplesmente os professores me reconhecem e os alunos também. Eu me esforço também e eles me agradecem e eu faço parte também de porteiro, quase uma segurança para eles, e ficam tranquilos quando eu estou no portão e isso não é palavra de um nem dois não, é da maioria. No meu lazer, na minha caminhada à noite eles me agradecem e perguntam se eu vou continuar na escola do ano letivo de 98” (Servente Jorge, escola 'B', entrevista).

O sentido familiar, em relação aos alunos, acontece também com os homens que se tornam amigos, conselheiros e, às vezes, “pais”. O servente residente discorreu, emocionado, sobre seu amor aos alunos que trata como filhos: embecendo de lágrimas suas palavras e gestos, seu semblante se transfigurou em emoção:

“Mas, eu gosto de trabalhar com crianças. É muito bom, você sente um carinho... Aí, a criança chega perto de você. Todo dia, quando eu abro a porta, tem um garotinho deste tamaninho... Entrou agora, mas ele não entra antes de vir me abraçar e me dar um beijo. [...] Isso para mim, oh... entende? [Lágrimas caem silenciosas de seus olhos] Outra menininha deste tamaninho... Ela entra, às vezes, me dá um beijo. Você acha... Quem não sente feliz com isso?

Ah? Eu me sinto e tenho certeza que a senhora também..." (Servente Sérgio, escola 'A', entrevista).

Há consenso entre os depoentes sobre seu bom relacionamento com o corpo discente. Porém, uma das servidoras instigou a dúvida: e os alunos, como os vêem? Lembram-se que representam, na verdade, trabalhadores simples muito semelhantes aos seus familiares em casa? Que poderiam ser e, às vezes o são, suas mães ou pais? Modelam suas atitudes na vida, em relação à divisão social do trabalho, baseadas, também, no que aprendem fora das salas de aulas com esses profissionais em educação? E a escola preocupa-se em discutir a importância social do trabalho de merendeiras e serventes com os alunos?

"Nessa 'meleca' toda que é o serviço da gente, os únicos que ainda dão valor a gente são os alunos. Mas presta bem atenção no valor que eu estou dizendo! Se eles te vêem na rua, eles não te conhece! Porque ali dentro mesmo nem eles tem educação suficiente pra saber o quanto é importante aquela merenda, a importância do funcionário ali. Porque esse assunto não é discutido com eles. Eles podem até dizer que é mentira, mas não é. Por exemplo, a merendeira, a servente, eles não sabem o valor que a gente tem pra escola, eles tiram a gente como empregados deles também. Tem muitos que pegam o prato de comida, aquela comidinha gostozinha, prontinha e quentinha, e joga tudo fora. Não dão importância. Não têm educação. A educação é zero" (Merendeira Helena, escola 'A', entrevista) (grifos nossos).

Ora, os alunos das escolas municipais são, em parte, um produto da sociedade civil de que participam, assim como das relações sociais que encontram em seu ambiente familiar e/ou escolar (Gramsci, s.d.:120). Logo, acreditamos que esses, ao se aperceberem da subalternidade existente na escola municipal em relação aos trabalhadores simples, tomando-a como correta, porquanto legitimada por várias práticas pedagógicas, assumem-na como verdadeira em sua consciência cultural.

Resta-nos, concluindo, utilizar a instigação da merendeira: que tipo de valor recebem dos alunos? De domésticos? Na verdade, os alunos "*não vêem a importância daquela merenda, a importância do funcionário ali. Porque esse assunto não é discutido com eles [...] não tem orientação. A educação é zero*". As palavras, às vezes, revoltadas dessa funcionária fazem-nos refletir sobre a necessidade de debates e de novas posturas educacionais, sobre a importância social e educativa dos serventes e merendeiras nas unidades escolares municipais da cidade do Rio de Janeiro. Urge repensar a hierarquia social do trabalho e, conseqüentemente, os antagonismos de classe, de gênero e de raça no interior das escolas públicas. De outra forma, estaremos reafirmando diariamente em nossos alunos, a divisão social do trabalho, preconceituosa e perversa, da sociedade capitalista contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, João Baptista. *Gestão democrática da educação: um desafio na sociedade de classes*. Niterói: Departamento de Educação. Universidade Federal Fluminense, 1994. (Mimeo).
- CANÇADO, Marília Batista. *Escola Hoje*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação à Distância, 1996. 94 p. (Cadernos da TV Escola).
- CARVALHO, Marília Pinto de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. *Revista Brasileira de Educação*, (2):77-84, maio/ago.1996.
- CARVALHO, Olgamir Francisco de. *A escola como mercado de trabalho: os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar*. São Paulo: Iglu, 1989.
- CONSELHO Escola Comunidade. Escola 'B'. Rio de Janeiro, 1995.
- COULON, Alain. Os trabalhos de inspiração etnometodológica em educação. In: COULON, Alain. *Etnometodologia e Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 104-145.
- DUARTE, Carlos Augusto Alves. *Funcionários de apoio e sua importância na construção da escola que queremos; depoimentos de um vigilante*. Angra dos Reis, 1995. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense (monografia - graduação em Pedagogia) (Mimeo).
- FARIA, Lia. Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos sessenta: "discurso fundador" de uma geração. *Contexto e Educação*, Unijuf, 10 (42): abr./jun. 1996.
- FRANCO, M. A. Ciavatta (coord.). *Os professores de 2º grau no Rio de Janeiro: um estudo piloto*. Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula, set. 1982. (Projeto de Pesquisa).
- GHANEM, Elie (org.). *Participação popular na gestão escolar: Bibliografia*. São Paulo: Ação Educativa, 1995.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d.].
- HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva*. Campinas: Papius, 1994. p. 59-112.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papius, 1997.
- MONLEVADE, João. *Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?* Acorizal, Mato Grosso: Edição Particular do Autor, [s.d.].
- PARO, Vitor Henrique. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1995.
- PENIN, Sônia. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- REGIMENTO Escolar: algumas reflexões. E/24º DEC, Secretaria Municipal de Educação. Rio de Janeiro, 1991.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Funcionário Residente: E/DGA*. Documentação, pasta 11.

- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Resolução* nº "N", nº 212, de 24 - ago-1984b. Cria o conselho Escola Comunidade nas unidades escolares da rede pública do município do Rio de Janeiro. In: 1º ENCONTRO SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA. 8ª Coordenadoria Regional de Educação, Rio de Janeiro, 1994.
- RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Departamento Geral de Recursos Humanos. *Totalização dos Quadros de Professores e Especialistas*. nov. 1996.
- RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Departamento Geral de Recursos Humanos. *Totalização dos Quadros de Apoio*. nov. 1996.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Portaria* E/AIE, nº 5, de 20 abr. 1998. Estabelece normas para a realização da eleição dos membros do Conselho Escola-Comunidade (mimeo).
- SÁTYRO, Vera Lúcia Pinheiro. *Repensando a escola pública pela ótica dos não-docentes*. Rio de Janeiro, [s.d.] (mimeo).
- THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WEBER, Marx. *Economia e Sociedade*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1964.